



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

MANOEL FRANCISCO MARTINS DA SILVA

EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

JOÃO PESSOA –
PB 2014

MANOEL FRANCISCO MARTINS DA SILVA

EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giuliana Dias Vieira

JOÃO PESSOA – PB
2014

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Manoel Francisco Martins da.

Educação nas Comunidades Quilombolas [manuscrito] /
Manoel Francisco Martins da Silva. - 2014.

37 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2022.

"Orientação: Profa. Dra. Giuliana Dias Vieira, Coordenação do Curso de Ciências Biológicas - CCBSA."

1. Educação. 2. Quilombolas. 3. Questão racial. I. Título

21. ed. CDD 370

MANOEL FRANCISCO MARTINS DA SILVA

EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 10/09/2014.



Professora Doutora Giuliana Dias Vieira / UEPB
Orientadora



Professora Doutora Soraia Carvalho de Souza / UEPB
Examinadora

Professora Doutora Elisângela Afonso de Moura Mendonça / UEPB
Examinadora

DEDICATÓRIA

A todos que direta ou indiretamente
participaram desse trabalho.
Aos meus familiares, pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

À todos que direta ou indiretamente auxiliaram nessa pesquisa.

Aos professores da UEPB que incentivaram em todo decorrer do curso com as orientações de leituras.

Aos colegas que fiz na sala de aula e que foram determinantes no incentivo e apoio ao longo de todo curso, com seus debates e leituras estimulantes.

A coordenação que soube orientar todos com uma dedicação ímpar.

A Professora Giuliana Dias Vieira, minha orientadora, que foi determinante na conclusão desse trabalho.

Aos meus familiares pela paciência e compreensão.

Segundo Zaluas (1986, p.116) “A pesquisa é prática, é ação, leve esse nome ou não. E é política não só no sentido amplo de que é datada e se inclui nos movimentos políticos, nacionais e internacionais, nas discussões e lutas políticas mais amplas, sejam estas explicitadas num projeto restrito que inclui a participação de dos grupos locais a serem estudados, sejam eles parte de projetos que, embora presentes e influentes em muitos discursos feitos na sociedade, não chegam nunca a ser articulados de modo explícito no projeto de pesquisa propriamente dito”. [...] A pesquisa é política também no sentido restrito de que impõe ao pesquisador a necessidade de montar estratégias e táticas para conseguir a sua participação (ou presença) no grupo.

RESUMO

O objetivo do trabalho é refletir a cerca do quadro atual das condições estruturais das unidades educacionais nas comunidades quilombolas e observar as principais características das atividades relacionadas com a educação. O trabalho teve abordagem qualitativa, com o objetivo de manter um diálogo com a forma de vida dos habitantes das comunidades. Iremos tratar dos conceitos de etnia e da questão racial no Brasil; além de discutir acerca do território da memória e da identidade. É possível determinar uma metodologia que valorize as tradições e características do povo quilombola. A partir das leituras e dos trabalhos de campo realizados, é possível perceber que todo território é constituído por uma complexidade que envolve as formas de resistência para a conquista e permanência na terra.

Palavras chaves: Educação. Quilombolas. Questão racial.

ABSTRACT

The work's objective is to reflect on the actual situation of the structural conditions of the educational units in quilombolas's communities and notice the main characteristics activities associated to education. The work have qualitative approach, with objective to keep a dialogue with the way of life of the inhabitants of the communities. We will manage with concepts of ethnicity and the racial question in Brazil; besides discuss about the territory of memory and identity. It's possible define a methodology that valorize the traditions and characteristics of the people quilombola's people. Starting from readings and fieldwork performed, it's possible to realize that every territory consists by a complexity that involves resistance's forms to win and stay on land.

Keywords: Education - Quilombolas - Racial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	MAPA	DAS	COMUNIDADES	14
	QUILOMBOLAS.....			
Figura 2 –	FOTOS	DO	COTIDIANO	15
Figura 3 –	QUILOMBOLA.....			18
Figura 4 –	FOTO	DE	MORADIAS	DOS 21
Figura 5 –	QUILOMBOLAS.....			22
Figura 6 –	FOTO	DE ESCOLA	QUILOMBOLA	NO 23
Figura 7 –	RIO.....			24
	ESCOLA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA EM SÃO PAULO.....			
	QUADRO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....			
	ESCOLAS CONSTRUÍDAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....			

LISTA DE SIGLAS

AACADE	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores Agrícolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
FICAB	Federação Independente dos Cultos Afro-Brasileiros na Paraíba
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GRUCON	Grupo de Consciência Negra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG'S	Organizações Não Governamentais
PCPR	Políticas Públicas de Combate a Pobreza Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNDA	Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STR's	Sindicatos Rurais
UnB	Universidade de Brasília
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O COTIDIANO QUILOMBOLA	17
3	ESTRUTURA EDUCACIONAL	21
4	RESGATE DA IDENTIDADE QUILOMBOLA	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6	REFERÊNCIAS	30
7	ANEXOS.....	32

INTRODUÇÃO

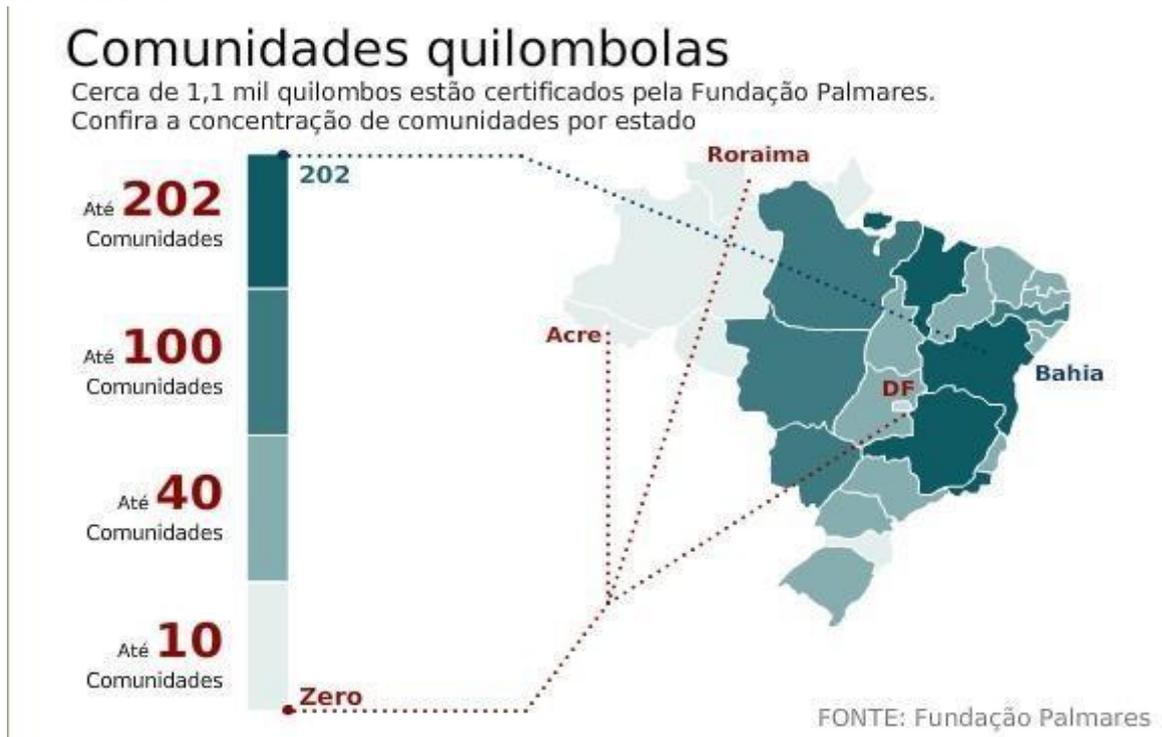
Quilombo é uma palavra africana originada do quimbundo (ki lombo), ou do umbundo (ochilombo), línguas faladas por povos bantus da região de Angola e designava lugar de pouso ou acampamento. No Brasil, o termo passou a designar comunidades de negros, não que nas mesmas só encontramos negros, pois em algumas comunidades encontramos índios e ciganos, pois muitas viraram abrigos. É certo que os quilombos existentes não se limitam apenas à história de negros rebeldes e fugidos, como também não se encontram isolados e não estão distantes de grandes centros ou cidades. As comunidades quilombolas se formaram a partir fatores e processos diversos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e isoladas, as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

“Os escravos fugiam e se refugiavam na mata. Aqui era mata, então eles se escondiam (...) de noite faziam fogo e comiam, escondidos (...) pra não serem achados pelos seus senhores (...)”.

Dona Uia - Quilombo da Raza - Cabo Frio - Rio de Janeiro.

Em sua grande maioria, as comunidades remanescentes de quilombos caracterizam-se pela predominância de negros e por serem comunidades rurais com atividades socioeconômicas que é determinada pelo trabalho com a terra (agricultura), o extrativismo (minerais e/ou vegetais), a pesca, a caça, a criação de gado, o artesanato. Mas é principalmente a agroindústria familiar que é destinada principalmente à produção de farinha de mandioca, azeites vegetais que é a maior fonte de renda. Segundo Reis e Gomes (1996), os quilombos tinham nomes diferentes dependendo do país onde este se fixasse, enquanto nos países de colonização Espanhola, eram denominados de “palenques” ou “cumbes”, nos de colonização inglesa eram conhecidos como “maroons”, nas colônias francesas eram chamados de “grand marronage”, e no Brasil esses grupos eram denominados de “quilombos” ou “mocambos”.

FIGURA – 1



Fonte: Fundação Palmares

De acordo com a Fundação Palmares, existem mais de 3.500 comunidades quilombolas espalhadas pelo território nacional essas comunidades quilombolas estão em, pelo menos, 24 estados do Brasil: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, 2394 são certificadas pela Fundação Palmares (20/08/2014) vinculado ao Ministério da Cultura, cuja finalidade é promover e preservar a cultura afro-brasileira

Segundo dados colhidos, na Fundação Cultural Palmares, existem na Paraíba 32 comunidades quilombolas certificadas, além de cinco comunidades em processo de certificação. Paratibe, localizada no bairro Valentina Figueiredo, na capital, e a comunidade quilombola da Serra do Talhado, em Santa Luzia do Sabugi, são os dois únicos quilombos localizados em área urbana no estado da Paraíba. A certificação de comunidades quilombolas, emitida pela Fundação de Cultura Palmares – MinC desde 2004, tem por princípios reconhecer as origens e ampliar os direitos dessas comunidades. O processo de certificação é iniciado pelas próprias comunidades, que encaminham à Fundação os documentos sobre o quilombo: declaração de autodefinição de que são quilombolas, base territorial, dados da

origem, número de famílias e certidões. Nessa fase, deve ser enviada toda prova considerada hábil para a instrução de um processo administrativo. A certificação gera um laudo antropológico, que dá origem ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e só após a titulação a área quilombola torna-se propriedade coletiva, inalienável, impenhorável e imprescritível. Cada comunidade possui sua atividade que é muito determinada pela região em que vive, pela oferta de bens naturais.

FIGURA – 2



Fonte: Ascom/FCP.

Muitas comunidades não apresentam uma ligação com a pesca, devido a distância com o rio ou o mar, mas está com suas atividades voltadas a produção de cerâmica ou ao trabalho com a terra. Muitas comunidades tem uma atividade socioeconômica determinada pela produção de artesanato (brincos, colares, bolsas, chapéus). Essas comunidades não pertencem somente ao passado elas são comunidades isoladas esquecidas. Poucos alunos sabem o que é uma comunidade quilombola e muitos questionam se eles ainda existem, não por culpa deles, mas pela falta de cuidados com essa população negra que ficou isolada dos cuidados de todos e sem perspectivas, sem nenhum amparo social. Já é muito tarde para um auxílio e um reconhecimento é hora de cuidar dos que sobrevivem, pois o que foi perdido no tempo não tem como ser consertado. Poucas comunidades estão localizadas próximas a centros urbanos que possam desfrutar de uma melhor estrutura, como luz elétrica, água encanada, saneamento, posto de saúde, coleta de lixo e transporte.

A realidade é que hoje, mais de cem anos após a abolição da escravatura, a quarta geração das famílias ainda vive o mesmo sonho que, um dia, foi de seus bisavós: dignidade e reconhecimento. Atualmente os quilombolas convivem com a mesma sensação de seus antepassados.

Este trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro capítulo identifica as características do povo quilombola e destaca seus costumes, o trabalho com a natureza e a questão religiosa. O segundo capítulo destaca a estrutura das escolas, o preparo dos



profissionais e a formação de um currículo voltado para essas comunidades. O terceiro capítulo aborda uma interação entre a escola e o universo afro brasileiro, destacando suas manifestações e buscando o resgate de sua cultura que é tão presente nas nossas vidas.

1 O COTIDIANO QUILOMBOLA

As comunidades quilombolas espalhados por todos os cantos do Brasil constituíram não a única, porém a mais representativa forma de luta contra a escravidão. Dentre as centenas de Quilombos edificados no país, o mais famoso foi o de Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas. Considerado por muitos especialistas um "estado africano no Brasil". Palmares nasceu no início do século XVII e se manteve até 1695. Possuía uma complexa organização territorial, militar e administrativa. Macacos era sua capital. Além disso, dividia-se em inúmeros mocambos - cada qual com sua própria estrutura organizativa - dentre eles aquele chamado de Acotirene, provavelmente o nome da mãe de Zumbi. Povoados por negros, os Quilombos eram também habitados por indígenas e brancos pobres, o que nos permite acreditar que suas redes de relações eram bem mais dinâmicas do que parece. Entretanto, sua saga é contada na história oficial, através de sua destruição pelas forças policiais, sobretudo pela decapitação de Zumbi, o líder. Cabe ressaltar que a presença e contribuição feminina, embora só bem recentemente estejam sendo resgatadas, sempre fizeram parte do quilombo.

Para entender os significados dos Quilombos, é preciso observar a história dos africanos antes de enfrentarem o oceano rumo ao Brasil. Assim, descobrimos que na África, *Kilombo* era o nome dado a uma sociedade guerreira, com organização militar bastante rígida e eficaz. Atualmente, segundo a Fundação Palmares, em sua grande maioria, as comunidades remanescentes de quilombos caracterizam-se pela predominância de negros, por serem comunidades rurais, com atividades socioeconômicas que integram a agricultura de subsistência, o extrativismo (minerais e/ou vegetais), a pesca, a caça, a pecuária tradicional, o artesanato e a agroindústria tradicional e/ou caseira, destinada principalmente à produção de farinha de mandioca, azeites vegetais e produtos de uso local. A grande maioria das comunidades é formada pelas residências e pelo centro comunitário. No centro comunitário estão a escola municipal, a capela e o barracão comunitário, onde ocorrem as reuniões e as festas. Muitas comunidades só apresentam uma aglomeração de casas (vilas) em ruas de barro batido. As casas são, em sua grande maioria, construídas com material do próprio território: madeira e palha.

FIGURA – 3



riagos ou poços que cercundam as comunidades, poucas dispõem de poço artesiano, quando me refiro a infraestrutura, estou citando a grande maioria das comunidades espalhadas pelo Brasil, sabemos que poucas apresentam condições que lhes permitem dizer que são adequadas, e muitas por estarem próximas a grandes centros urbanos, como foi dito anteriormente.

O povo do quilombo é um povo alegre, que gosta de música e de dança, principalmente as danças de roda. O canto está sempre presente no seu dia a dia e nas festas, que relatam em suas músicas a vida, a luta e a esperança de seu povo. As chamadas festas tradicionais são resultado de muitas influências: negra, indígena e católica.

De acordo com *Reginaldo Prandi*, quando se fala de religião, os moradores das comunidades ficam com receio de expor essa intimidade religiosa, muitos se dizem evangélicos, até pela forte presença de templos relacionados ao segmento que é observado em várias comunidades. As igrejas católicas também disputam esse espaço e é notório nas suas residências essa forte influência religiosa, haja visto a presença de imagens de vários santos, são imagens de gesso, de madeira, de barro e quadros com ilustrações. Muitas comunidades escondem a sua preferência pelas religiões de matrizes africanas, como a umbanda e o candomblé. O sincretismo religioso é observado nas comunidades. As religiões de matrizes africanas é uma característica forte do povo quilombola e deve ser respeitada como

patrimônio desse povo. É preciso resgatar essa identificação cultural e deixá-los valorizados na sua essência religiosa.

O quadro das religiões negras, ou religiões afro-brasileiras é bastante diversificado. Em seu conjunto, até os anos 30 do século passado, as religiões negras poderiam ser incluídas na categoria das religiões étnicas ou de preservação de patrimônios culturais dos antigos escravos negros e seus descendentes, enfim, religiões que mantinham vivas tradições de origem africana. Formaram-se em diferentes áreas do Brasil, com diferentes ritos e nomes locais derivados de tradições africanas diversas: candomblé na Bahia, xangô em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e Pará, batuque no Rio Grande do Sul, macumba no Rio de Janeiro. Na Bahia originou-se também o muito popular candomblé de caboclo e o menos conhecido candomblé de egum. Mais recentemente, no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, constituiu-se a umbanda, que logo se disseminou por todo o país, abrindo, de certo modo, caminho para uma nova etapa de difusão do antigo candomblé.

O Nordeste foi berço também de outras modalidades religiosas mais próximas das religiões indígenas, mas que cedo ou tarde acabaram por incorporar muito das religiões afro-brasileiras ou as influenciar. Trata-se do catimbó, religião de espíritos aos quais se dá o nome de mestres e caboclos, que se incorporam no transe para aconselhar, receitar e curar. Esse tronco afro-ameríndio tem particularidades em diferentes lugares, sendo chamado de jurema, toré, pajelança, babaçuê, encantaria e cura.

Tudo indica que a organização das religiões negras no Brasil deu-se tardiamente. Uma vez que as últimas levas de africanos trazidos para o Novo Mundo nas últimas décadas do século XIX, período final da escravidão, foram fixadas sobretudo nas cidades e em ocupações urbanas, os africanos desse período puderam viver no Brasil em maior contato uns com os outros, física e socialmente, com maior mobilidade e, de certo modo, liberdade de movimentos, num processo de interação que não conheceram antes. Esse fato propiciou condições sociais favoráveis para a sobrevivência de algumas religiões africanas, com a formação de grupos de culto organizados.

A magia é quase que uma atividade profissional paralela de pais e mães-de-santo, voltada para uma clientela religiosamente alheia à religião africana (Pierucci, 2001). Nesses termos, o candomblé é visto dentro do próprio segmento afro-brasileiro como fonte de maior poder mágico que a umbanda, o que atrai para o seio do candomblé muitos umbandistas. Para o candomblé, que está mais perto do pensamento africano que a umbanda, o bem e o mal não se separam, não são campos distintos. A umbanda, porém, quando se formou, se imaginou também como religião ética, capaz de fazer a distinção entre o bem e o mal, à moda ocidental,

cristã. Mas acabou criando para si uma armadilha. Separou o campo do bem do campo do mal. Povoou o primeiro com seus guias de caridade, os caboclos, pretos-velhos e outros espíritos bons, à moda kardecista.

O que é observado em muitas comunidades é um dialeto próprio dos quilombolas “Às vezes, uma criança chega, fala rápido e não é possível entender”. O dialeto impreciso parece caipira. Falam “nhá” como sinônimo de senhora e “a benção” é uma maneira de dizer oi, mas alguns termos não são fáceis de entender. “Nhônhô” é moleque, “minsói” significa fulano e “guaquejar” é um verbo usado quando alguém faz piadas da franqueza alheia. A geografia do local ajuda a manter distância e a guarda dessa característica (Portal Geledés, 2010).

2 ESTRUTURA EDUCACIONAL

De acordo com a Fundação Palmares – MinC a situação dessas localidades demonstra que as unidades educacionais (creches, escolas, faculdades) estão longe das residências dos alunos e as condições de estrutura são precárias, em algumas regiões do Brasil as escolas são construídas de palha ou de pau-a-pique. Não existe água potável e as instalações sanitárias são inadequadas. Segundo dados do Inep existem 1.561 escolas de Ensino Fundamental e 57 de Ensino Médio no Brasil, responsáveis pelo atendimento de 212 mil alunos. Em 2004, eram apenas 364 escolas. o Brasil tem aproximadamente 151 mil alunos matriculados em 1.253 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Quase 75% destas matrículas estão concentradas na região Nordeste. A maioria dos professores não estão capacitados, muitos educadores só possuem o ensino fundamental e o número é insuficiente para atender à demanda. Em muitos casos, uma professora ministra aulas para turmas multiseriadas e muitas são educadoras que nasceram e vivem na comunidade.

FIGURA – 4



Fonte: Arquivo Portal Geledés.

“(...) A história do quilombo não. Trabalha a história do nome, a gente por estar na comunidade, a gente sempre ressaltava, assim, as coisas da comunidade, passando por eles, apesar de que eu acho que a comunidade conhece bem, então eles têm esse conhecimento dentro de casa também (...) a gente não aprofunda porque tem muitas coisas que a gente não sabe (...)”

M. Professora do ensino fundamental, da rede pública de educação de Quissamã.

Poucas comunidades apresentam unidade educacional com o ensino fundamental completo. Quando encontramos uma escola na comunidade as turmas são do ensino fundamental menor. Algumas comunidades oferecem a oportunidade de conclusão do Ensino Fundamental. As escolas mais estruturadas, com eletricidade e água encanada, como a citada abaixo, só é observada próximas a grandes centros ou em estados que apresentam uma grande população negra que incentiva suas tradições e costumes.

FIGURA - 5



Fonte: Revista Escola – Editora: Abril

O trabalho em sala de aula é muito deficiente e precisa ser aprimorado. É preciso uma educação voltada para sua cultura sem esquecer o futuro. Destacar e valorizar as suas tradições e aspectos destacando sua raça e costumes é essencial para toda comunidade. Precisamos juntos, estabelecermos um vínculo entre passado e presente de nossa história. É necessário colaborar para o resgate da cidadania daqueles quilombolas que foram por muito tempo, esquecidos e colocados "de lado" no universo escolar.

“(...) A gente sabe o que o pessoal da comunidade fala, né? Eles não sabem muita coisa... que antigamente a escola era uma senzala. A prefeitura está oferecendo pra gente, agora, um curso sobre a cultura afro-brasileira. (...) É, no ano que vem a gente vai trabalhar com as crianças aqui, sobre a cultura afro-brasileira, que até então a gente não trabalhava (...) A gente escolhe uma palavra - chave (...) começa o trabalho com cavalo e mato, que são da realidade deles (...) forma frase, faz texto, uma história, uma música, brincadeira de confeccionar o cavalo de pau (...) e aí depois vai desmembrar as duas palavras." E a palavra quilombo já apareceu? "Não, ainda não.”

R. e R. Professoras do ensino fundamental, da rede pública de educação de Quatis.

A maior parte dos jovens tem que se mudar para a cidade para tentar concluir o Ensino

Fundamental e chegar ao Ensino Médio. O transporte é feito no ônibus escolar da prefeitura municipal ou do governo estadual.

“É importante a escola contar (...) Porque a crianças hoje nasce, não sabe de onde veio, da luta que a gente vem tendo. Porque nós viemos numa luta (...) Então as crianças têm o direito de , ouvir, ficar sabendo (...) eles tem o direito de pegar num livro, ler e dizer assim: Tá vendo como é que o tempo passado era?” **Antônio da Silva Fernandes. Comunidade Botafogo - Cabo Frio.**

Nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número de jovens que deixaram as comunidades para estudar em uma cidade que ofereça ensino médio, técnico ou profissionalizante. Lá enfrentam muitas dificuldades para se manter e se adaptar à vida urbana. São alvo também da discriminação racial. Poucos conseguem concluir seus estudos. Apesar de todas as dificuldades, vários deles optam por não voltar para a zona rural.

FIGURA – 6

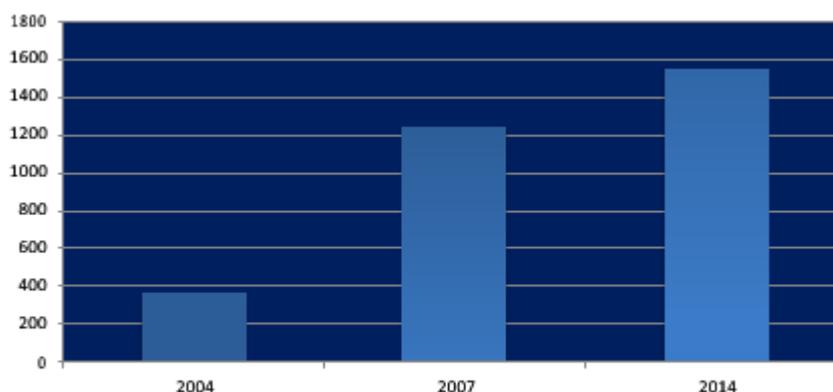
ESCOLAS EM ÁREA REMANESCENTE DE QUILOMBO			
Unidade da Federação	Matrículas	Docentes	Escolas
Rondônia	39	2	2
Pará	16.138	652	181
Amapá	1.078	77	12
Tocantins	880	66	18
Maranhão	34.229	1.705	423
Piauí	1.160	58	23
Ceará	2.724	84	11
Rio Grande do Norte	1.093	55	17
Paraíba	1.990	103	18
Pernambuco	8.695	337	46
Alagoas	3.545	120	16
Sergipe	2.915	162	16
Bahia	57.437	1.748	246
Minas Gerais	6.845	441	81
Espírito Santo	558	35	15
Rio de Janeiro	2.570	144	9
São Paulo	1.409	120	26
Paraná	2.228	128	17
Santa Catarina	73	6	6
Rio Grande do Sul	3.230	263	30
Mato Grosso do Sul	1.228	87	6
Mato Grosso	285	13	2
Goiás	1.433	87	32

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Para elevar a qualidade da educação oferecida às comunidades quilombolas, o Ministério da Educação tem oferecido anualmente apoio financeiro aos sistemas de ensino. Os recursos são destinados para a formação continuada de professores para áreas remanescentes de quilombos, ampliação e melhoria da rede física escolar e produção e aquisição de material

didático. Criado em 2003, o programa Brasil Quilombola envolve 23 instituições federais, incluindo o MEC, responsável pela ampliação e melhoria da rede física escolar, impressão e distribuição de materiais didáticos e formação continuada de professores.

FIGURA - 7



ESCOLAS CONSTRUIDAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Devemos apresentar à comunidade escolar o racismo de forma que sejam permanentemente repensados os focos, em especial os eurocêntricos, com que fomos educados. Não nascemos racistas, mas nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade e preensão de todo esse processo, mostrando a resistência dos africanos e seus descendentes, que não se submeteram à escravidão, que se rebelaram e que conseguiram manter vivas as suas tradições culturais. Podemos criar uma proposta educacional para o ensino da cultura afro-brasileira entre os alunos do Ensino Fundamental e médio da rede de ensino que possibilite modificar a realidade em relação ao preconceito étnico racial.

O nosso país apresenta uma grande diversidade racial e podemos observar que existem muitas falhas, no que se refere a explicações que possam favorecer não só a construção do conhecimento, mas também a elaboração de conceitos mais complexos e amplos, contribuindo para a formação, fortalecimento e positividade da autoestima de nossas crianças e jovens.

O professor deve selecionar e analisar em parceria com seus alunos e toda comunidade escolar, o que pode ser considerado como um fato histórico, o que é relevante para um entendimento do processo histórico de reconstrução da memória que se registra nos livros e orienta uma agenda educacional. Cabe pensar, por exemplo, em uma outra iniciativa que não aponte somente na direção de uma história do Ocidente. Podemos buscar um repertório educacional que caminhe em direção a um conceito de ser humano que produz história não a partir de grandes sagas e heróis, mas a partir de relações comunitárias vividas e vivenciadas pelos grupamentos humanos. Neste sentido, para uma ação desta envergadura se faz

necessário um primeiro passo, que é o de promover o reconhecimento da igualdade sem limite e profundamente radical entre uma cultura africana e afrodescendente e uma branca, eurocêntrica, ocidental. Precisamos ver que existem diferenças e fica difícil estabelecer critérios rígidos e históricos sobre o que seria bom ou ruim na construção cultural, pois trilhamos caminhos diversos que abrangem políticas e influências que impedem de pensar de forma homogênea a cultura.

“É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos (...). Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é dever por mais que reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.” (FREIRE, 1999, p. 67).

É preciso reconhecer a reprodução material e física, mas também cultural, simbólica e religiosa desse grupo. A existência atual dessas comunidades deve ser reconhecida como parte do universo cultural de um povo que busca seu reconhecimento e isso não pode ser negado. É a partir da constatação da concretude desse e de outros grupos, como sujeitos de práticas sociais peculiares que podemos fazer algo melhor para todos, discriminar e deixar a pura sorte é desumano e insano, perderemos um traço forte de nosso “eu brasileiro” e híbrido cheio de dádivas conquistadas com essa heterogeneidade. Essas comunidades é a expressão viva da luta de um povo com uma manifestação rica que busca nos ensinar com seu modo de vida que se define e se compreende e ao mesmo tempo simples.

3 RESGATE DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

Podemos começar fazendo em nossa casa, ou colégio em que trabalhamos. Começamos com um projeto para que seja incentivado o estreitamento das relações e assim se parta para o diálogo e a busca pelo conhecimento. O que se espera, contudo, é a efetiva implantação no cotidiano escolar, de uma pedagogia da diversidade e do respeito às diferenças. Esta reconhecerá a importância de visualizar os propósitos a alcançar com os estudantes do Ensino Fundamental e médio, relacionando-os às características de seu educando, considerando-se as particularidades de sua socialização e vivências adversas em função do racismo e das discriminações. Neste processo, que se pretende dialógico com quem faz o cotidiano escolar, ao se pensar quem é o discente do ensino brasileiro, sentimos como necessário levantar as questões a seguir, que se interligam no levando-se em consideração as diferenças regionais e a diversidade étnico-cultural do Brasil. Neste sentido, estaremos contribuindo para a melhoria da dimensão humana de todos os alunos e alunas, ainda que especialmente daqueles e daquelas que tiveram sua história e cultura subalternizadas, a história e cultura de sua ascendência negada e invisibilizadas pela escola. É necessário reconhecer que o legado da história e cultura africana e afro-brasileira é um patrimônio da humanidade.

Durante o desenvolvimento deste projeto os alunos do ensino médio e do Ensino Fundamental, através de aula expositiva e dialogada, encaminhamento de pesquisas, levantamento das informações encontradas, produções de texto, entrevistas com funcionários da escola e da comunidade sobre o tema em questão, exposição das atividades para os demais alunos e professores da escola e da comunidade, acróstico com a palavra cultura afro-brasileira, preparo de comidas típicas, confecção de um livro ilustrando a história do Zumbi dos Palmares, confecção de máscaras e esculturas de diversas tribos africanas, conhecerão as obras de artistas que foram influenciados pela cultura africana, como Pablo Picasso, assistirão DVD'S para discussão de temas inerentes e conhecerão outras manifestações culturais, mostrar através de filmes um pouco da história, da cultura africana, passando esse conhecimento de forma clara, objetiva e de fácil linguagem, para que os alunos compreendam fatos comuns da vida africana e relacionem com a nossa própria cultura. Poderá ser ofertada uma oficina de dança, desenvolvendo e aprimorando suas possibilidades de movimento, descobrindo novos espaços, novas formas, construção de coreografias e apresentação à comunidade. Promover debates sobre as causas do preconceito contra os negros é

fundamental, bem como ensinar os alunos a buscar respostas no processo histórico brasileiro. "Os estudantes precisam conhecer os motivos pelos quais os negros ainda lutam pela igualdade de direitos e oportunidades", diz Sobrinho.

Nas aulas de Ciências, os professores podem trabalhar as teorias raciais do século 19, que queriam acabar com a miscigenação e pregavam a necessidade do branqueamento da população. Nesta etapa os professores de Sociologia podem explorar o próprio conceito de "raça", sempre com o objetivo de discutir a valorização das diferentes manifestações culturais com base nas representações do outro. A existência de cotas raciais nas universidades públicas e os motivos pelos quais elas se fazem necessárias no Brasil também podem gerar debates interessantes com a turma. É uma boa oportunidade para esclarecer aos estudantes que as cotas, por exemplo, fazem parte de um longo plano de ações que visa incluir os negros dignamente na sociedade. Os professores de Biologia podem trabalhar a interação gênica e a produção de melanina, assim como a utilização de raízes africanas na nossa alimentação.

“A razão nos ensina, primeiro, o amor e a reverência diante de Deus todo-poderoso, a quem devemos a existência e a possibilidade de alcançar a felicidade; e, em segundo lugar, ensina-nos a passar pela vida com o máximo de conforto e alegria, e a contribuir para com os nossos semelhantes tenham igual destino.” (MORUS, 1993, p. 100).

As comunidades quilombolas são frutos da desigualdade social, do racismo e do processo de exploração e exclusão da população negra no Brasil. São grupos que vivem em constante conflito lutando pelo seu território. O direito das comunidades quilombolas em ter uma vida digna está apenas no papel, não na prática.

Resgatar as tradições dessas comunidades é acreditar que a prática pedagógica que se constitui é elemento de cidadania, de valorização e de melhoria da autoestima do indivíduo e do grupo. Intensificar o diálogo entre raças, mesmo sabendo dessa nossa hibridez, e destacar que somos um e gostamos de todos. Amamos as mesmas coisas e aprendemos a gostar do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que há avanços na legislação vigente no que se refere ao direito constitucional do aluno quilombola. Porém, ainda há um longo caminho para ser trilhado para uma melhoria dessas comunidades quilombolas do Brasil. O próprio Ministério da Educação reconhece que a educação nas comunidades quilombolas é uma das mais precárias hoje oferecidas pelo sistema oficial de ensino. Está ocorrendo mudanças com duas iniciativas do governo federal: o Programa Brasil Quilombola, de 2004, e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, de 2006. Se a questão da Educação quilombola existe desde a criação dos quilombos, apenas com essas políticas aumentou o volume de investimentos, o que tornou possível pensar na estruturação da modalidade, afirma a pesquisadora Gloria Moura, da Universidade de Brasília (UnB). Até o momento, a diferença mais sensível diz respeito ao número de novas unidades: enquanto em 2006 apenas seis escolas foram erguidas em áreas quilombolas, entre 2008 e 2009 esse número subiu para 110. Mas a construção de novas unidades e o investimento em infraestrutura é apenas o primeiro gargalo que a modalidade tem de enfrentar.

A infraestrutura nas escolas ainda é muito precária, muitas não possui água encanada e luz elétrica. A maioria das unidades é de palha ou pau a pique e não tem água potável nem sanitários adequados. A maioria das comunidades se dedica à agricultura de subsistência, mais da metade das famílias pertence à classe E. No que diz respeito à cultura, tradições como danças, histórias de mitos e uma culinária particular são elementos importantes. A inclusão dessas particularidades no cotidiano escolar está prevista na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), esse documento afirma que a base curricular comum, de alcance nacional, deve ser complementada por uma parte diversificada, determinada pelas características locais.

Reescrever esse importante capítulo de nossa história é um dos desafios que se apresenta à escola. Abrir as portas e janelas das salas de aula, permitindo que "os causos" e tradições quilombolas entrem e "se ajeitem" confortavelmente no conteúdo escolar, é nossa contribuição por uma educação que permita às crianças, jovens, homens e mulheres populares tornarem-se atores de sua própria história e por consequência, também da história do país. Resgatar, em parceria com os alunos as tradições de suas comunidades é romper com a educação que domestica, que propicia uma visão mecanicista e determinista de mundo. É

nisso que, também como você, acreditamos: a prática pedagógica que se constitui elemento de cidadania, de valorização e de melhoria da autoestima do indivíduo e do grupo.

“É importante a escola contar (...). Porque a crianças hoje nasce, não sabe de onde veio da luta que a gente vem tendo. Porque nós viemos numa luta (...). Então as crianças têm o direito de, ouvir, ficar sabendo (...) eles tem o direito de pegar num livro, ler e dizer assim: Tá vendo como é que o tempo passado era?”.
Antônio da Silva Fernandes. Comunidade Botafogo - Cabo Frio.

Dar voz àqueles e àquelas que durante tanto tempo foram silenciados, por serem negros, por serem quilombolas. Saber que a escola não está sozinha nessa tarefa é fundamental. Reconhecer a importância da articulação com toda a sociedade é de antemão, vital para a concretização desse objetivo. Muito há ainda para ser feito.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, R. **Educar para igualdade ou para a diversidade? A socialização e a valorização da negritude em famílias negras.** In: *Osurbanistas*. Antropologia Urbana. 2001.
- ANJOS, R. S. A. dos. **O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil.** São Paulo: Terra Livre, n. 17, p. 139-154, 2º semestre, 2001.
- ARRUTI, M. **A emergência dos “remanescentes”:** notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Rio de Janeiro, 2004.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.**
- CARNEIRO, E. **O Quilombo de Palmares.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- CUNHA, JR., Henrique. **Por um projeto de ensino de história dos afrodescendentes.** Fortaleza: Mimeografo. Faculdade de Educação - UFC. 2005.
- FONSECA, E. **Sambaquis & Quilombos no litoral Fluminense.** Rio das Ostras: Gráfica e Policromia Iriry, 2004.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Jose Olimpio, 1994.
- GOMES, F. dos S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas-Rio de Janeiro, século XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- PORTO, W. M.. **Paraíba em Preto e Branco.** João Pessoa: A União Companhia Editora, ano da publicação desconhecido.
- REIS, J. J. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** Companhia das Letras, 1998.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SANTOS, J. V. **Negros do Talhado.** Estudo sobre a identidade étnica de uma comunidade rural. Dissertação (Mestrado). UFPB. Campina Grande, 1998.
- VELÁSQUES, C. **"Quilombolas"**. In: RICARDO, B. e CAMPANILI, M. (Ed.). *Almanaque Brasil Socioambiental 2008*. Instituto Socioambiental. 2007. P. 234-235.



ANEXOS

ANEXO A - PAÍSES AFRICANOS QUE CONTRIBUÍRAM COM SUAS ETNIAS PARA O BRASIL.

SENEGAL

Wolof Kupo Diolo

CONGO

Luba Cambindas (*) Muxicongos Bapende Kuba

TANZÂNIA

Balega Wamba Venda

COSTA DO MARFIM

Senúfo (*) Baule (*) Bambara Kra Lobi Dagon (*) Atiê Gorro Yaouré (*)

GUINÉ BISSAU

Fula (*) Mandnga (*)

DAHOMÉ

Fon Mahii (*) Edo Sombas (*) Dan

GABÃO

Babwelé Bacota Mossi (*)

Mende (*) Fanto Bakuka (*) Temme Ashanti (*) Akan N'Dommo

TOGO QUÊNIA

Bariba Mina (*) Somba Gá Ewê

Massai Luo

MOÇAMBIQUE BOTSWANA

Macuas Maconde



ANGOLA

Humbi Mpundo Ovambo Ngola (*) Ghangala Lunda Kioco Nhanheca Mbunda (*) Benguela (*) Ndongo Ovimbunda kacong Rebolo (*) Kassanje (*) Quimbundo (*) Bacongo (*) Luena Bena Kanioka Bantu Bushongo Ambo Ochi

Baluba Bayaka Kuyu Zingalaas

ÁFRICA DO SUL

Bantu Zulu Massai

NÍGER

Fulani (*) Kanuri

NIGÉRIA

Yorubá Bini Ibo Ijó Samburu Ibadio Ekoi Nupe Tapa Ijeshá (*) Fon Ogboni Tiv Fulani Haussá Rendille Igala Afkpo Efik Turkana Kanuri Jukun Ibadan Ilorin Luo Idoma Kikiu Pokot Dinka.

Fonte: Eduardo Fonseca Junior - Sambaquis e Quilombos no Litoral Fluminense, 2004.

ANEXO B - COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS PELA FUNDAÇÃO PALMARES NA PARAÍBA.

PB	Areia	2501104	Engenho do Bonfim (certificada 2 vezes)	25/05/2005
PB	Gurinhém	2506400	Matão	25/05/2005
PB	Ingá	2506806	Pedra d'Água*	25/05/2005
PB	Alagoa Grande	2500304	Caiana dos Crioulos *	08/06/2005
PB	Várzea	2517100	Pitombeira*	28/06/2005
PB	Conde	2504603	Mituaçu	19/08/2005
PB	Cajazeirinhas	2503704	Vinhas	20/01/2006
PB	Riachão do Bacamarte	2512754	Grilo	12/05/2006
PB	Cajazeirinhas	2503704	Umburaninhas	07/06/2006
PB	Coremas	2504801	Comunidade Negra de Barreiras	07/06/2006
PB	Coremas	2504801	Comunidade Negra de Mãe d'Água	07/06/2006
PB	Coremas	2504801	Comunidade Negra de Santa Tereza	07/06/2006
PB	São Bento	2513901	Comunidade Negra Contendas	07/06/2006
PB	Catolé do Rocha	2504306	Comunidade Negra Rural Lagoa Rasa*	28/07/2006
PB	Conde	2504603	Comunidade Negra de Gurugi	28/07/2006
PB	João Pessoa	2507507	Negra Paratibe	28/07/2006
PB	Serra Redonda	2515807	Negra do Sítio Matias*	28/07/2006
PB	Catolé do Rocha	2504306	Curralinho/Jatobá	13/12/2006
PB	Catolé do Rocha	2504306	São Pedro dos Miguéis	13/12/2006
PB	Conde	2504603	Ipiranga	13/12/2006
PB	São José de Princesa	2514552	Sítio Livramento	02/03/2007
PB	Dona Inês	2505709	Cruz da Menina	10/04/2008
PB	Tavares	2516607	Domingos Ferreira	04/08/2008
PB	Livramento	2508505	Sussuarana, Areia de Verão e Vila Teimosa	09/12/2008
PB	Cacimbas	2503555	Serra Feia	05/05/2009
PB	Diamante	2505600	Barra de Oitis	19/11/2009
PB	Manaira	2509008	Fonseca	19/11/2009
PB	Diamante	2505600	Sítio Vaca Morta	24/03/2010
PB	Nova Palmeira / Picuí	2510303 / 2511400	Serra do Abreu	04/11/2010
PB	Pombal	2512101	Daniel	17/06/2011
PB	Pombal	2512101	Rufinos do Sítio São João	17/06/2011
PB	Cacimbas	2503555	Aracati Chã I e II	25/10/2013
Total:				32

ANEXO C - CARTA DE GENEVRA EM DEFESA DOS DIREITOS QUILOMBOLAS.

As Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil saúdam os participantes da Conferência de Revisão de Durban, realizada entre os dias 20 e 24 de abril de 2009 em Genebra na Suíça para reafirmar o compromisso internacional com a Declaração e Programa de Ação de Durban (DDPA), conforme foi adotado na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em Durban na África do Sul em 2001.

Na oportunidade, denunciemos junto à comunidade internacional, os ataques que vimos sofrendo sistematicamente por um forte setor da sociedade brasileira.

Somos atualmente, cerca de 5.000 Comunidades Quilombolas em todo Território Nacional, descendentes de africanos escravizados que ficaram de fora do projeto de democratização do país, se organizando em sociedade autônoma e quase independente dentro da nova República.

Apenas 100 anos após a chamada “Abolição da Escravatura” no Brasil, as Comunidades Quilombolas tiveram o seu primeiro marco jurídico assegurado, em ocasião da nova Constituição Federal que traz em suas disposições transitórias o artigo 68, norma constitucional autoaplicável na garantia de direitos fundamentais coletivos, segundo a própria Constituição Brasileira. Essa norma traz a seguinte determinação: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”.

Passados 20 anos da nova Constituição Federal, ao invés de constatarmos uma corrida para recuperar o tempo perdido, o que vemos é um lamentável debate abordando questões irrelevantes, travando o andamento dos processos de regularização dos Territórios Quilombolas no Brasil.

No ano de 2003, o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, no uso de sua atribuição e em consonância com o DDPA, assinou o decreto 4.887/03 estabelecendo uma Política Nacional de atendimento às Comunidades Quilombolas e sobre tudo, normatizando os procedimentos administrativos para o processo de regularização fundiária dos Territórios Quilombolas.

Logo vieram os ataques, haja vista que em 2004 o extinto PFL (Partido da Frente Liberal), atual Democratas, entrou junto ao STF (Supremo Tribunal Federal), corte máxima

do judiciário brasileiro, com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) de no. 3239/04, pedindo que seja julgado inconstitucional o decreto 4.887/03.

Em 2007, o Deputado Federal Valdir Colatto (PMDB/SC) entrou com um PDL (Projeto de Decreto Legislativo) de no. 44/07 na Câmara Federal, pedindo a anulação do decreto que trata da questão quilombola. Como se não bastasse, exatamente no ano da revisão do DDPA, o Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE) entrou no Senado Federal com um PEC (Projeto de Emenda Constitucional) de no. 190, dessa vez não mais intervindo sobre o decreto 4.887/03, mas sobre o próprio dispositivo constitucional assegurador de um direito, o artigo 68 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal.

Todas essas iniciativas são paralelas a uma série de eventos violentos, onde as comunidades quilombolas vivem tempos de pavor, frente a frequentes casos de agressão, em suas mais diversas facetas e constantes ameaças, atos orquestrados com um forte jogo de mídia, uma verdadeira guerra fria, buscando formar a opinião pública no sentido de colocar o Movimento das Comunidades Quilombolas como grupo marginal que ameaça a paz na sociedade e o direito à propriedade. O caso virou até tema de telenovela em defesa da monocultura de eucaliptos para a produção de celulose, um dos principais casos de violação de Direitos Humanos envolvendo comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo, Região Sudeste do Brasil.

Vale lembrar que os Territórios Étnicos são propriedades coletivas, necessárias à reprodução social, cultural, econômica, religiosa e ambiental do grupo, identificado à partir do critério de auto definição, conforme rege o decreto 4.887/03 e a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). O processo de regularização desses territórios obedece às normas de inalienabilidade, o que contraria os interesses de grupos ligados ao setor do agronegócio e outras forças econômicas, destacando-se empresas multinacionais de países ditos desenvolvidos que exploram de maneira violenta e criminosa os grupos sociais, bem como os recursos naturais no Brasil, assim como nos países em desenvolvimento de maneira geral.

Hoje o PDL 44/07, bem como o PEC 190 se encontram no Congresso Nacional para tramitação, enquanto a ADI 3.239/04 se encontra em vias de julgamento no STF. Nós acreditamos que uma vitória ou uma derrota nossa no Brasil abrirá precedente para casos parecidos de fortalecimento ou fragilização da luta desses povos em toda América Latina e no mundo. Portanto, pedimos o apoio da Comunidade Internacional, sensível às causas das chamadas minorias, numa intervenção política pedindo uma ação mais efetiva do Estado

Brasileiro em todas as suas instâncias de poder, na defesa do Povo Quilombola.

Por fim, pedimos que a Comunidade Internacional faça ecoar o grito da comunidade afro-brasileira:

- *Pela manutenção do decreto 4.887/03 e a imediata aplicação do Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal;*
- *Pelo Cumprimento da Convenção 169 da OIT e dos Tratados Internacionais em defesa dos Direitos Humanos assumidos;*
- *Pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em absoluta consonância com os interesses do Povo Quilombola;*
- *E, pela solidariedade aos grupos religiosos perseguidos no mundo inteiro, sobretudo, os de religiões de matrizes africanas.*

Na oportunidade, repudiamos aqueles que se utilizam do espaço da Conferência de Revisão de Durban, tão importante na resolução dos problemas históricos das chamadas minorias, para fazerem seus palcos de disputas, tirando o foco do debate. Repudiamos também aqueles que se utilizam de argumentos fúteis para não participar do debate, demonstrando total indisposição na busca de soluções para os problemas raciais, sociais, étnicos, religiosos e de imigração, agravados pelo fato de que parte relevante dessa população é composta por jovens e mulheres, sujeitos a toda forma de intolerâncias correlatas, afligindo historicamente os grupos menos favorecidos no mundo.

Genebra, 22 de abril de 2009.

Fonte: CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas.